



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO JACUÍ

Capital Gaúcha da Energia

CONTRATO 268/2024

O MUNICÍPIO DE SALTO DO JACUÍ, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno do Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ sob nº 89.658.025/000190, com sede na Av. Hermogênio Cursino dos Santos, nº 342, em Salto do Jacuí/RS, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **RONALDO OLÍMPIO PEREIRA DE MORAES** neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE, e a Empresa **SABERES ENSINO PERSONALIZADO LTDA**, CNPJ Nº 49.525.452/0001-86, sediada à Rua Reinaldo Horácio Seitenfus nº 68, 2º andar, centro, Arroio do Tigre, CEP 96.950-000, denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representado pelo sócio administrador Sr. Jean Carlo Zanella Mainardi, brasileiro, solteiro, empresário, CPF sob nº 036.137.300-73 e Rg nº 6119596382 resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, tendo em vista o que consta no Processo nº 1360/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da *Dispensa de Licitação*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO EMERGENCIALMENTE DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE, NO CENTRO TE ACOLHE.

1.2. A execução dos serviços deverá começar imediatamente após a assinatura do contrato.

Os seguintes serviços serão oferecidos:

Relação de Serviços

Serviços	Valor/Hora R\$	Quantidade de Horas/Mês	Total R\$
Terapeuta Ocupacional	65,00	40 h	2.600,00
Psicóloga	65,00	40 h	2.600,00



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO JACUÍ

Capital Gaúcha da Energia

Fonoaudióloga	75,00	64 h	4.800,00
Análise de	150,00	40 h	6.000,00
Comportamento + Supervisão			
Aplicação dos Testes: WISC IV, ETDAH, PROTEA RS, TDE II, IDADI, SRS 2,D2-R atenção concentrada, HTP – Avaliação psicológica (teste de personalidade). Incluindo material e laudo			13.000,00
Total			29.000,00

1.3. A estimativa média de atendimentos será de 10 horas semanais e 40 horas mensais, considerando que os atendimentos serão realizados por múltiplos profissionais, onde que conforme agenda e a necessidade da equipe, poderá haver ajuste das horas em até 25%.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo máximo de vigência do contrato será de **05/07/2024 a 31/12/2024**, contados da assinatura do contrato.

2.2. O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado, por interesse da Administração ou por motivos de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

2.3 As alterações no contrato, que porventura se fizerem necessárias, desde que em acordo entre as partes, serão feitas através de Termo Aditivo.



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO JACUÍ

Capital Gaúcha da Energia

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1. Para execução do objeto do presente instrumento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor de R\$ 29.000,00 (Vinte nove mil reais), o qual poderá ser aditivada ou suprimida em até 25% de horas, conforme previsão da cláusula 10.2, considerando-se a variabilidade de horas da prestação dos serviços contratados, os quais deverão observar a necessidade real da dinâmica de integração dos multiprofissionais, de forma a flexibilizar a agenda de atendimentos.

3.2 FORMA DE PAGAMENTO

3.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

3.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

3.3 PRAZO DE PAGAMENTO

3.3.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da liquidação da despesa.

3.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

3.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. A despesa referente aos serviços, objeto da presente licitação, será empenhada na seguinte dotação orçamentária:

LOCAL	FUNCIONAL	RECURSO
P/A= 2125	33.90.34.01	4011

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

5.1. Para garantir o fiel cumprimento do objeto contratado são obrigações das partes:

5.1.1. DO CONTRATANTE

a) Dar condições para a CONTRATADA executar o objeto do contrato de acordo com os padrões estabelecidos.

c) Receber e conferir o objeto do contrato, consoante às disposições estabelecidas.

Fone: (55) 3327-1400 (Geral) / (55) 3327-1085 (Setor de Compras)

E-mail: comprasjacui@hotmail.com (Setor de Compras) Rua Hermogênio Cursino dos Santos, nº 342,

Beira Marinho Deus, Salto do Jacuí - RS - CEP: 99440-000



- d) Efetuar os pagamentos na forma convencionada na CLÁUSULA QUARTA.
- f) Notificar, por escrito, à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para adaptações, com total ônus à CONTRATADA.
- g) Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

5.1.2. DA CONTRATADA

- a) Executar fielmente os serviços, caso esta obrigação não seja cumprida dentro do prazo, a CONTRATADA ficará sujeita à multa estabelecida neste contrato.
- b) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação. .
- c) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.
- i) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

7.1. O acompanhamento e a fiscalização de todos os serviços, objeto desta licitação, serão de responsabilidade de Servidor ou Comissão designada para esse fim, com autoridade para exercer em nome do Município toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL, DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

- 8.1. O local e as condições de execução, obedecerão ao seguinte:
 - 8.1.1. O início da execução dos serviços deverá ocorrer imediatamente após a assinatura.
- 8.2. O objeto do contrato será realizado junto ao CENTRO TE ACOLHE.
- 8.4. À fiscalização da CONTRATANTE fica assegurado o direito de:
 - a) Exigir o cumprimento de todos os serviços pactuado.
 - b) Rejeitar todo e qualquer serviço mal executado, sob ônus da CONTRATADA.



CLÁUSULA OITAVA - DOS ENCARGOS CONTRATUAIS

9.1. A CONTRATADA, como única e exclusiva responsável pela execução dos serviços objeto do presente contrato, responde civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros, no exercício de suas atividades, vier, direta ou indiretamente, causar ou provocar à CONTRATANTE ou a terceiros.

CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1 O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.2 As supressões e acréscimos resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes não poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

10.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA– INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;



- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- m) não Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei); ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

11.2 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

11.3 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DOS MOTIVOS PARA A RESCISÃO

12.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Salto do Jacuí/RS para dirimir quaisquer dúvidas oriundas das obrigações previstas neste Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma.



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO JACUÍ

Capital Gaúcha da Energia

Salto do Jacuí, 05 de julho de 2024.

RONALDO OLÍMPIO PEREIRA DE MORAES

Prefeito Municipal

Contratante

SABERES ENSINO PERSONALIZADO LTDA

*Empresa
Contratada*


Ronaldo Olímpio Pereira de Moraes
Prefeito Municipal